

Leandro Oliveira de Menezes
4menezes@gmail.com

Mestre em Estudos Territoriais (UNEB), MBA em Administração e Qualidade (UNINTER), Bacharel em Administração (UEFS) e Licenciado em História (UEFS). Professor do curso de Administração e coordenador do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável: o Recôncavo Baiano em foco, na Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

Josenilton de Brito Monteiro
joseniltondebritomonteiro@gmail.com

Estudante do 7º período do curso de Administração (FADBA). Integrante do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável: o Recôncavo Baiano em Foco. Bolsista PIBIC-FADBA.

Edely Raissa da Silva
edely.adm@gmail.com

Estudante do 7º período do curso de Administração (FADBA). Integrante voluntária do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável: o Recôncavo Baiano em Foco.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
– CEP: 44300-000 – Cachoeira, BA

Caderno Especial - Educação e Cultura 2022

EQUIPAMENTOS CULTURAIS NO VALE DO PARAGUAÇU: UMA ANÁLISE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL EM UM RECORTE DO RECÔNCAVO BAIANO

RESUMO

A cultura é um elemento indissociável da vida em sociedade. Ela é formada pelos diferentes contextos sociais e históricos, e, ao mesmo tempo, forma os indivíduos que dali fazem parte. Enquanto um produto da cultura, mas, também, um suporte de salvaguarda e/ou disseminação dela, estão os equipamentos culturais. Estes proporcionam acesso à cultura, à cidadania e movimenta parte do mercado econômico, portanto, torna-se importante o incentivo à criação e a manutenção dos equipamentos culturais. O presente estudo teve por objetivo mapear os equipamentos culturais do Vale do Paraguaçu, no Recôncavo Baiano. Pretendeu-se também evidenciar locais de concentração dos equipamentos culturais; e destacar os mais recorrentes no Vale do Paraguaçu. É uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, tendo como instrumento de coleta de informações a observação direta complementada através de dados secundários. Como técnica de tratamento das informações foi utilizado o software Qgis para representação espacial. Os dados obtidos apresentaram uma ausência, ou reduzido número de alguns dos equipamentos culturais nos municípios investigados, há uma distribuição desigual entre os municípios investigados, e em cada um deles, há uma concentração, dos existentes, na cidade de Cachoeira/Ba, e há uma disposição espacial predominante nos centros das zonas urbanas.

Palavras-chave:

Equipamentos culturais. Vale do Paraguaçu. Recôncavo Baiano.

MENEZES, Leandro Oliveira de; MONTEIRO, Josenilton de Brito; SILVA, Edely Raissa da. Equipamentos culturais no vale do Paraguaçu: uma análise sobre a distribuição espacial em um recorte do recôncavo baiano. **Revista Formadores: vivências e Estudos**. Cachoeira (Bahia), v. 15, n.2, p. 28 - 45, maio 2022.

ABSTRACT

Culture is an inseparable element of life in society. It is formed by the different social and historical contexts, and at the same time forms the individuals who belong there. As a product of the culture, but also a support for safeguarding and/or disseminating it, are the cultural equipment. These provide access to culture, citizenship and move part of the economic market, therefore, it is important to encourage the creation and maintenance of cultural equipment. This study aimed to map the cultural equipment of the Paraguaçu Valley, in Recôncavo Baiano. It was also intended to highlight places of concentration of cultural equipment; and highlight the most recurrent in the Paraguaçu Valley. It is a descriptive research, with a quantitative approach, with direct observation complemented by secondary data as an instrument of information collection. As a technique for processing the information, the Qgis software was used for spatial representation. The data obtained showed an absence, or small number of some of the cultural equipment in the municipalities investigated, there is an unequal distribution between the municipalities investigated, and in each of them, there is a concentration, existing, in the city of Cachoeira/Ba, and there is a predominant spatial arrangement in urban areas.

Keywords:

Cultural equipment. Paraguaçu Valley. Recôncavo Baiano.

1. INTRODUÇÃO

Apesar do termo cultura já ter sido utilizado para designar o grau de instrução dos indivíduos, ou mesmo para se referir ao respeito às regras de etiqueta defendidas por determinado grupo social, hoje há certa concordância de que nenhum destes exemplos de fato explicam-na por completo. As ciências sociais, sobretudo a Antropologia, tem a Cultura enquanto uma importante categoria de análise, e, dessa forma, há bastante publicação conceituando-a.

A cultura está presente em todas as instâncias e estruturas sociais. Ela transversaliza toda a vida humana, inconcebível, inclusive, a ideia de uma pessoa ser aculturada. Contudo, acreditamos também que por ser produto e produtor das relações sociais, está em constante movimento e não é unânime, ou seja, os elementos culturais são muitos, coexistem, divergem, agregam e desagregam pessoas e grupos. Dessa forma, a cultura movimenta não só as pessoas em relação aos grupos aos quais pertencem, como estrutura a forma como as pessoas entendem o mundo ao seu redor.

Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010) defendem que não existem culturas particulares, e pode ser compreendida como um conjunto de artefatos, atividades e interpretações de mundo. Em outras palavras, a “cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada

um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos” (SANTOS, 1987, p. 7). Sendo tão essencial à condição humana, é de se esperar que o poder público esteja atento, e diretamente atue, sozinho ou em parceria com organizações privadas, para garantir a difusão, a criação, e a proteção de determinados elementos que compõe a malha cultural – considerando o processo histórico – de determinado país, estado e município.

Parte destes esforços recaem sobre a criação e manutenção de determinados equipamentos culturais, como os museus, teatros, cinemas, arquivos públicos, por exemplo. Contudo, se existe um pressuposto de que estes equipamentos são importantes para as sociedades, é de se esperar que estes estejam bem distribuídos nos limites territoriais de cada unidade federativa para que alcance uma maior quantidade de pessoas e grupos.

Nesse sentido, esta pesquisa partiu da seguinte problemática: **qual a distribuição espacial dos equipamentos culturais no Vale do Paraguaçu?**

Estudos deste tipo são relevantes pois tendem a contribuir com a exposição de realidades no aspecto cultural, o que, por consequência, pode incentivar outras investigações sobre o tema, e servir de insumo para grupos de interesse cultural e para proposição de políticas culturais.

Por outro lado, esta pesquisa integra os propósitos do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável: o Recôncavo Baiano em foco, da Faculdade Adventista da Bahia – FADBA. No ano de 2017, o termo Vale do Paraguaçu foi cunhado, pelo grupo, para representar um novo recorte territorial, dentro do Recôncavo Baiano, com o objetivo de fomentar pesquisas e ações de fortalecimento dos municípios integrantes: Cachoeira, Maragogipe, Muritiba e São Félix (MENEZES; SANTOS; OLIVEIRA, 2016). Desde então, a cada ano os integrantes escolhem novos aspectos para serem investigados destes municípios, ancorado em escolhas metodológicas diversas.

O Vale do Paraguaçu é um território sendo amadurecido e reconhecido aos poucos. Ele faz parte de uma infinita rede de territórios que coexistem nas relações sociais estabelecidas dentro desta delimitação geográfica. Como todo território, possui diversas dimensões associadas, material e simbólica, política, cultural, econômica, social, entre outras (HAESBAERT, 2004). Contudo, para que este território, de fato, exista é necessário que os agentes envolvidos o reconheçam, ou seja, prescindem da territorialidade. O que reitera a importância da continuidade dos estudos e da divulgação das produções sobre este território.

Pretende-se, neste artigo, mapear os equipamentos culturais do Vale do Paraguaçu. Outros objetivos almejados foram: evidenciar locais de concentração dos equipamentos culturais; e destacar os mais recorrentes no Vale do Paraguaçu.

É, portanto, uma pesquisa descritiva, sob uma abordagem quantitativa. A observação direta e o levantamento de dados secundários foram os métodos de coleta escolhidos, e a representação espacial foi realizada utilizando o software Qgis. Foi feita uma organização dos dados em tabela, quadros e mapas para apresentar o quantitativo de cada uma das edificações por município, nomear e referenciar cada um dos tipos de equipamentos, e demonstrar a distribuição espacial destes, respectivamente.

O texto está dividido em cinco seções: esta introdução; o referencial teórico – na seção é apresentado uma discussão teórica sobre os equipamentos culturais; a metodologia – na qual são explicados os caminhos metodológicos adotados neste estudo; as análises e resultados – onde estão apresentados os resultados da pesquisa, assim como a articulação dos mesmos com o referencial teórico; e as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EQUIPAMENTOS CULTURAIS E O CONTEXTO BRASILEIRO

A Constituição Federal, em seu artigo 215, define que o poder público “garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). O texto legal é explícito e não permite dúvidas, é função do poder público possibilitar que todos os brasileiros, independentemente de onde estejam no território, suas escolhas pessoais, ou condições econômicas, possam usufruir do seu direito à cultura. É possível deduzir, portanto, que esta garantia deve vir pelo investimento, incentivo, apoio e valorização das mais diversas manifestações culturais.

Faz parte do que se compreende como cidadania o acesso à cultura (CARMO e MACHADO, 2013). Os direitos à cidadania e à cultura são intrínsecos, de modo que um cidadão sem acesso à cultura não tem como exercer seu pleno direito à cidadania, o que, por sua vez, amplia as desigualdades (SANTOS e DAVEL, 2018b).

Cabe, nesse sentido, ao poder público, sozinho ou em parceria com entes privados e organização civil, o fomento aos equipamentos culturais no país, como uma das estratégias de estímulo da cultura. Equipamento cultural é um termo bem abrangente, pois se refere tanto às edificações destinadas a práticas culturais – como teatros e museus –, produtores culturais – como orquestras sinfônicas e corais – e os aparelhos que possibilitam a operacionalização de um espaço voltado à cultura – como projetores e livros (COELHO, 1997).

Nesta pesquisa, dar-se-á maior atenção aos equipamentos culturais caracterizados por serem edificações, e estas são importantes sob diferentes aspectos. Do ponto de vista artístico-cultural, são importantes

por se constituírem em um lugar de criação artística e de encontro entre a oferta cultural e o público; do ponto de vista social, por serem espaços capazes de influenciar e qualificar as práticas de sociabilidade vigentes, e ainda do ponto de vista econômico, por mobilizarem a cadeia produtiva da cultura e também por associá-la a outras dimensões econômicas, como o turismo e o comércio; os equipamentos culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, galerias, centros culturais, salas de concerto, museus, etc.) são organizações com grande potencial de dinamizar os territórios nos quais atuam (SANTOS e DAVEL, 2018a, p. 110).

Santos e Davel (2018a; 2018b) reconhecem estes aspectos que conferem importância aos equipamentos culturais e defendem que estes lugares possam ser vistos a partir delas. Destacam que por serem espaços que promovem ações culturais possibilitam a aproximação do público com práticas artísticas, promovendo experiências simbólicas e estéticas. Assim como “na perspectiva dos agentes culturais, possibilitam o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de fazeres e saberes artísticos, curatoriais, arquivísticos, patrimoniais, gerenciais e técnicos próprios da produção cultural” (SANTOS e DAVEL, 2018a, p. 114).

Os equipamentos culturais se tornam cada vez mais importantes no ponto de vista ideológico, social e econômico, pois são formas de conexão social e acesso à cidadania (DUISSENGER, 2008). Estas edificações passam a compor a paisagem e, em certa medida, a fazer parte da rotina dos cidadãos. Para Carmo (2018), o acesso, sobretudo à arte, viabiliza certa capacidade de problematizar a sociedade/contextos, refletindo criticamente sobre grupos hegemônicos, sobre exclusões e possibilita que a voz de excluídos e subalternizados sejam ouvidas contribuindo “para a construção de imaginários sociais alternativos, novas subjetividades políticas e novas espacialidades” (CARMO, 2018, p. 583).

Consumir cultura permite e facilita o pensamento crítico conforme o contato experiencial com ideias diversas e outras perspectivas, sob a forma de incentivar à construção de identidade, à criatividade, ao respeito e ao senso de pertencimento à comunidade. Definitivamente, as edificações culturais são espaços de sociabilidade e de potencial educativo. Assim como “exercem papel central para a cadeia produtiva da cultura, [...] mobilizando uma densa rede de profissionais e serviços, bem como ativando relações econômicas das mais diversas dentro do campo cultural” (SANTOS e DAVEL, 2018a, p. 114).

Santos e Davel (2018a) ainda apontam desafios associados à gestão destes equipamentos e os localiza em quatro dimensões: econômica, política, social e curatorial. Alguns dos desafios apontados foram: o alto custo para manter a estrutura, o descompasso tecnológico, baixa representatividade nas pautas de discussão política, comunicar à população do entorno o sentido de existir do equipamento, e o baixo consumo cultural no Brasil.

Sobre este último desafio citado, segundo Rhoden, Terra e Maciel (2015), a realidade no Brasil é bem diferente do que preconiza a legislação federal, e, sobretudo, destoa da própria imagem de que o brasileiro é um grande consumidor cultural, visto que uma boa parte da população do país vive à margem dos equipamentos culturais.

Segundo dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 93% da população brasileira nunca visitou uma exposição de arte, 87% nunca foi ao cinema e 78% nunca frequentou um espetáculo de dança. Esses são alguns dos indicadores que marcam a exclusão cultural no Brasil e motivaram a criação do Vale-Cultura¹, uma política cultural que visa democratizar o acesso à cultura para os cidadãos (RHODEN, TERRA e MACIEL, 2015, p. 350).

1. “Programa de Cultura do Trabalhador, destinado a fornecer aos trabalhadores meios para o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura” (BRASIL, 2012).

Tais dados já são alarmantes por si, mas ganham contornos ainda mais marcantes quando se analisa a partir de recortes como gênero, raça, localização, condição social, dentre outros. O excerto acima ainda aponta a existência de medidas adotadas pelo poder público, à época, para minimizar e/ou mudar essa realidade. Contudo, Chauí (2006) evidenciava, quase uma década anterior, que as estratégias federais esbarravam em dar conta da diversidade brasileira, das diferentes abordagens ideológicas que impactam, inclusive, o conceito de cultura, e, por consequência, a definição de prioridades, e as próprias contradições sociais e econômicas presentes.

É um desdobramento natural das questões apontadas acima que a política cultural brasileira não consiga alcançar a grande maioria da população, contribuindo para o elitismo cultural. Este termo é conceituado por Coelho (1997, p. 163) como “modo da política cultural voltado para a definição de um corpo privilegiado de formas e práticas culturais que devem ser adotadas como sinal distintivo de uma superioridade existente ou a ser alcançada”.

Os diversos problemas socioeconômicos existentes no Brasil reiteram o contexto de afastamento das classes populares aos equipamentos culturais (BARBOSA, 2009).

A distribuição espacial de equipamentos e bens culturais em nossas metrópoles é um retrato perverso das desigualdades sociais. Há uma forte concentração de teatros, cinemas e espaços culturais nas áreas centrais nos bairros típicos de classes médias. Entretanto, em nossas favelas e periferias os investimentos públicos de porte no âmbito da arte e da cultura são de pequena importância, precários ou inexistentes (BARBOSA, 2009, p. 1).

Apesar do autor dedicar suas análises às realidades das metrópoles, onde as estruturas materiais e simbólicas demarcam as desigualdades sociais, acreditamos, infelizmente, que este é um fenômeno possível, e ainda mais perverso, também nos municípios de pequeno porte. Nessa direção Santos (2014) se posiciona de modo a expor a estrutura desigual da sociedade, consolidada historicamente pelos grupos hegemônicos, que definem territórios da exclusão e/ou do aprisionamento de pessoas e grupos. Ele propõe que há localizações forçadas, consequência “de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo” (SANTOS, 2014, p. 141), e que não atenua as contradições e a pobreza, pelo contrário aumenta-a.

O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está, já o vimos. Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria dos brasileiros, no campo de na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços (SANTOS, 2014, p. 139).

O autor não está se referindo, bem verdade, a apenas às edificações e políticas culturais, contudo ela é, sem sobra de dúvidas, uma área fortemente impactada. E como parte de uma concepção de território multidimensional, acredita que esse contexto social só pode ser modificado considerando as questões territoriais de uma política redistributiva.

Para Teixeira *et. al.* (2021), há uma concentração dos recursos culturais nos grandes centros urbanos devido a infraestrutura existente e à maior demanda de consumo deste tipo de produto. Na perspectiva de Barbosa (2009), a distribuição espacial dos equipamentos segue uma lógica, a dos grupos hegemônicos, assim como os tipos de equipamentos, pois, as criações e manutenções tem a ver com as necessidades da classe média.

Daí, Guimarães e Diniz (2019) concluíram que

o interesse pela cultura é o fator mais importante para que a visita ocorra, prevalecendo sobre a localização do equipamento. Reconhecem que a ausência de equipamentos próximos à residência pode levar ao desconhecimento desse tipo de atividade, mas que, dada uma divulgação bem feita (a falta de informação e divulgação aparece com frequência como impedimento para visitar o ECUFGM), as pessoas com interesse não se importariam em se deslocar para usufruir desse espaço (GUIMARÃES E DINIZ, 2019, p. 13).

Guimarães e Diniz (2019) destacaram em seu experimento social que a população entrevistada com menor poder aquisitivo, “mais humilde” e/ou “periférica” refletiram nos resultados outras dificuldades para o acesso e apropriação à cultura, que não eram mencionados pela outra parcela dos entrevistados, como distância, dificuldade de locomoção, custo de transporte, entre outras dificuldades que somente esta parcela relatou.

Surgem, então, os desafios de fomento à cultura e ao despertar de interesse social à busca por equipamentos culturais para a aproximação da sociedade, na busca de se fazer presente o direito à cultura, logo ao direito à cidadania a todos de maneira mais equalitária, permitindo e facilitando às pessoas menos favorecidas que conheçam a arte nacional por outros meios e diversifique o perfil do artista nacional e seu acesso.

2.1.1 ARQUIVO PÚBLICO, BIBLIOTECA, CENTRO CULTURAL, CINEMA, MUSEU E TEATRO

Como falado anteriormente os equipamentos culturais podem ser tanto os materiais utilizados para fins culturais, quanto as estruturas e edificações. Nesta pesquisa, propusemos um olhar mais direcionado aos arquivos públicos, bibliotecas, centros culturais, cinemas, museus e teatros. Logo abaixo, apresentamos brevemente algumas considerações sobre cada uma destas edificações.

Os arquivos públicos podem ser concebidos enquanto equipamentos que visam a preservação e a difusão da memória de um município, estado ou federação, assim como contribuir com a produção do conhecimento e com o exercício pleno da cidadania (MATOS, 2018). Ou seja, são importantes equipamentos criados e mantidos pelo poder público, existente no Brasil desde o período imperial (BRASIL, 1824). São tão relevantes que possui um corpo jurídico sobre o tema, há uma política arquivística.

Estes são locais que atraem principalmente pesquisadores de diversas áreas, sobretudo das ciências humanas. O produto das investigações que têm o arquivo público como local de acesso à fonte de dados, normalmente contribuem para uma melhor compreensão acerca dos aspectos históricos de determinado lugar, ou organização, o que, por sua vez, pode interferir na mudança de narrativa acerca de um ou muitos aspectos do passado, ou apontar lacunas, incoerências, validar histórias contadas e cantadas pelos mais velhos, e outras tantas possibilidades de estudos.

Tão importante quanto os arquivos estão as bibliotecas. O acesso a livros e outras linguagens é fundamental para formação de homens e mulheres, em especial quando ainda são crianças e jovens. Compreendemos que a formação cidadã perpassa pela possibilidade de ampliação da capacidade de leitura, assim como defendia Freire (1989). Contudo, em um país onde há uma inegável e expressiva desigualdade social, grande parte da população não tem condições econômicas de comprar livros, portanto a existência de bibliotecas, sobretudo, públicas são fundamentais.

Em 2010, coadunando com o exposto acima, foi promulgada a Lei nº 12.244, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Por serem reconhecidamente fundamentais para a transformação da nação, o poder público determinou que todas as instituições de ensino deverão ter bibliotecas, sejam elas públicas ou privadas, de todos os sistemas de ensino (BRASIL, 2010). Para tanto, “considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010).

Diferente dos arquivos públicos e das bibliotecas que possuem contornos bem definidos, inclusive na legislação, os Centros Culturais são uma expressão de conceitos variados. Compreende-se, para fins dessa pesquisa, que os Centros Culturais são espaços, públicos ou privados, destinados ao ensino e às práticas culturais, que não estejam enquadrados nos conceitos dos demais equipamentos culturais.

Freitas (2007), sugere que, no Brasil, estes são importantes espaços de cultura criados e mantidos pela iniciativa privada, que veem neles uma opção de “permanente para divulgação da marca e contato com os clientes” (FREITAS, 2007, p. 11). Já os vinculados ao poder público, normalmente surgem como uma estratégia de política cultural e/ou de turismo, e buscam concentrar em um mesmo espaço ações de educação, cidadania e cultura (FREITAS, 2007, p. 12).

Em se tratando de cinema, o mesmo só foi inventado no final do século XIV, na França (BERNARDET, 1985), e apesar de sua inegável aproximação com a dramaturgia, com a dança e outras modalidades artísticas, caracterizou-se enquanto uma linguagem e indústria própria, com suas especificidades (BARROS, 2007). Com o tempo as edificações destinadas às projeções fílmicas passaram a ser chamadas de salas de cinema, ou apenas cinemas, que é o termo mais utilizado.

No Brasil, um dos primeiros órgãos criados para tratar sobre as produções cinematográficas foi o Instituto Nacional de Cinema – INC, “com o objetivo de formular e executar a política governamental relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, ao seu fomento cultural e à sua promoção no exterior” (BRASIL, 1966). Foi criado durante o período da ditadura militar no Brasil, e, portanto, era tido como de suma importância, sobretudo para barrar conteúdos que pudessem ser considerados impróprios para o contexto. Sua importância na atualidade tem muito mais relação como a capacidade de fomento do setor.

º 8.386, sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras (BRASIL, 2014), como incentivo às produções nacionais, como estabelece a Política Nacional de Cinema (BRASIL, 2001).

Apesar das críticas ao seu aspecto mercadológico, compreende-se que o cinema transforma a maneira como homens e mulheres percebem a realidade, assim como apresenta culturas, linguagens, realidades, contextos diferentes do vivido pelo expectador, o que impacta em expressões identitárias e na cidadania.

Um outro tipo de equipamento cultural, são os Museus. Estes são espaços educativos (MARANDINO, 2008), sempre foram, mas, na atualidade, eles são concebidos de modo a romper com o distanciamento dos visitantes com as fontes históricas ali apresentadas, assim como ampliou-se a concepção do que pode ou não ser objeto de exposição nestes locais.

Na legislação brasileira, os museus são compreendidos como

instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Fica evidente no conceito acima a amplitude do termo, de modo que hoje é possível a coexistência de museus como: o Museu da Língua Portuguesa², que oferece ao visitante a possibilidade de interagir com os equipamentos ali dispostos e pensados para que a experiência seja sensorial; o Museu Frida Kalo³ que expõe a casa e o modo de vida dessa grande artista; e o Museu do Louvre⁴, que em seu imenso espaço físico permite não só acesso a variadas exposições de tipos de produções artísticas diversas, como de tempos e modelos culturais diferentes.

Os teatros, por sua vez, enquanto estruturas físicas, surgiram no Brasil, assemelhando-se ao modelo europeu, a partir da chegada da família real portuguesa, no início do século XIX. Possuem no Brasil isenção de impostos e taxas federais desde a primeira metade do século XX (BRASIL, 1945), e, na atualidade, juntamente com outras práticas artísticas, estão incluídas em diversos dispositivos legais que, dentre outros assuntos, tratam do fomento público (BRASIL, 2021) e da acessibilidade (BRASIL, 2004).

Não diferente dos demais, os teatros são também importantes espaços de acesso à cultura. A arte cênica, nos seus mais diversos gêneros e sistemas teatrais, como a arte de modo geral, possui grande capacidade de fomentar a reflexão sobre a sociedade e suas estruturas, assim como de apresentar contextos culturais diferentes do vivido pelos sujeitos que têm acesso a ela (CARMO, 2018). Contribuindo, como já anteriormente defendido, para um exercício mais pleno da cidadania.

2. <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/>

3. <https://www.museofridakahlo.org.mx/en/the-blue-house/>

4. <https://www.louvre.fr/en>

3. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, tendo em vista que o objetivo principal do estudo foi mapear os equipamentos culturais do Vale do Paraguaçu, no Recôncavo Baiano. As pesquisas descritivas são muito utilizadas nos estudos sociais e se caracterizam por apresentar “características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). Já as pesquisas quantitativas, de modo geral, se propõem a ser mais objetivas, tanto no processo de recolha das informações quanto nas análises, foca em poucos conceitos e utilizam de técnicas estatísticas tanto de definição amostral quanto das análises realizadas (GIL, 2008). A apresentação dos dados em mapa e tabelas foram escolhas para alcançar os objetivos, portanto coerente com a abordagem quantitativa.

O presente estudo não buscou realizar cálculos amostrais, pretendeu-se investigar toda a população, ou seja, foram dedicados esforços para entrar em contato com todos os equipamentos culturais, dos tipos previamente escolhidos, nos municípios analisados. Selecionar quais edificações dedicaríamos a atenção foi necessário tendo em vista que cultura é um conceito amplo, o que, por sua vez, amplia as possibilidades de equipamentos culturais. Dessa forma, uma barbearia, um templo religioso, uma casa de eventos, são exemplos de equipamentos culturais tanto quanto um museu ou um teatro. Escolhemos investigar arquivos públicos, bibliotecas, cinemas, centros culturais, museus e teatros por entendermos que dentre os equipamentos estes possuem uma maior relevância.

A proposta era fazer visitas *in loco* de modo a recolher informações a partir da observação direta em cada um dos municípios investigados. Contudo, devido às limitações impostas pelas organizações de saúde como medidas para controlar o avanço da pandemia do novo coronavírus, as informações foram recolhidas em pesquisas virtuais em sites de buscas e em sites especializados⁵. É possível, portanto, que, apesar dos esforços, um ou mais equipamentos culturais não tenham sido identificados e não tenham sido incluídos na apresentação dos dados.

Como técnica principal de tratamento das informações foi utilizado o software Qgis para representação espacial. “O QGIS é um Sistema de Informação Geográfica (SIG) de Código Aberto licenciado segundo a Licença Pública Geral GNU. O QGIS é um projeto oficial da *Open Source Geospatial Foundation* (OSGeo)”⁶.

5. Alguns dos sites visitados foram: <http://mapas.cultura.gov.br/>, <http://bibliotecas.cultura.gov.br/> e <http://museus.cultura.gov.br/>, acessados em: 12 de set. de 2021.

6. Informações obtidas em https://qgis.org/pt_BR/site/about/index.html, acessado em: 12 de set. de 2021.

4. ANÁLISES E RESULTADOS

Como falado anteriormente a pesquisa foi realizada na tentativa de localizar arquivos públicos, bibliotecas, cinemas, centros culturais, museus e teatros, com sede nos municípios que compõem o Vale do Paraguaçu. Os dados foram coletados e tratados de modo a ser possível visualizar as quantidades e a localização de tais equipamentos, para então produzir um mapa.

Cabe destacar que o Vale do Paraguaçu “é uma possibilidade de institucionalizar um território que de fato já existe. Há um intenso movimento de moradores para comércio, estudo, atividades religiosas e culturais” (MENEZES; SANTOS; OLIVEIRA, 2016). Considerando, como Haesbaert (2004), que um território só existe quando há uma territorialidade envolvida, o Vale do Paraguaçu já era um território antes mesmo do grupo de pesquisa utilizar esta nomenclatura. Na medida em que os habitantes reconhecem nos demais municípios uma extensão das possibilidades de usufruto das relações comerciais, ou mesmo de estudo, há simbolicamente um recorte territoriais em suas vidas que é diferente dos limites municipais. Mas entendemos que o nosso esforço, enquanto grupo de pesquisa, para nomear este território e divulgá-lo de modo que seja reconhecido pelo poder público, é paralelamente uma outra territorialidade.

O território Vale do Paraguaçu tem 1.000 Km² de área, e população estimada de 123 mil habitantes, em valores aproximados, como fica exposto no quadro 1.

QUADRO 1 – COMPARATIVO DE INDICADORES

Indicadores	Cachoeira	Maragogipe	Muritiba	São Félix
População último censo (2010) – em pessoas	32.026	42.815	28.899	14.098
População estimada (2020) – em pessoas	33.567	44.793	29.410	14.762
Área de unidade territorial (2019) – em Km ²	394,894	437,610	86,311	103,226

Fonte: Extraídos do IBGE Cidades (2020)

E, para além destes dados, há riquezas naturais, e, sobretudo, culturais que precisam ser ainda mais valorizadas, em rede, pelo poder público, em uma política redistributiva que promova a cidadania independentemente da localização de suas casas. “Trata-se da busca de uma equidade social e territorial” (SANTOS, 2014, p. 142), e para isso é preciso possibilitar acesso aos bens e serviços, seja pela instalação de equipamentos que facilite a locomoção direta, ou pela facilitação da locomoção através do melhoramento dos serviços de transporte.

4.1 ESPACIALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DO VALE DO PARAGUAÇU

No processo de tabulação dos dados, a desigualdade de distribuição dos equipamentos ficou evidente, assim como para alguns destes a quantidade é incipiente, ao considerarmos uma população estimada de quase 123 mil moradores. A concentração dos equipamentos culturais no município de Cachoeira/Ba é um exemplo. Como é possível identificar na tabela 1, mais da metade das edificações culturais estudadas no Vale do Paraguaçu está em Cachoeira/Ba. E, ao observar o quantitativo de museus, este município possui mais de 70%.

Não se tem um cálculo de quantas edificações seriam necessárias para garantir o acesso da população àquela abordagem cultural que normalmente é apresentada em cada um destes espaços. Pois não só a quantidade importa, mas como ela é inserida nos espaços públicos, em quais localidades estão situadas, quais incentivos e facilitações no uso, consumo e participação são ofertados aos cidadãos, em suas variadas possibilidades econômicas, como é possível deduzir de Guimarães e Diniz (2019).

Por outro lado, apesar de não se ter um número exato, ou estimativa, é seguro pensar que a ausência de um tipo destes equipamentos, determina que parte considerável dos munícipes estejam alijados do acesso a partes da cultura do país/mundo, que é tão diversa e plural. E como assinalou Guimarães e Diniz (2019) e Santos (2014), são as classes populares as maiores impactadas.

TABELA 1 –EQUIPAMENTOS CULTURAIS NO VALE DO PARAGUAÇU

		TIPO DE EQUIPAMENTO CULTURAL						TOTAL
		Arquivo público	Biblioteca	Centro cultural	Cinema	Museu	Teatro	
MUNICÍPIOS	Cachoeira	1	3	5	1	8	1	19
	Maragogipe	0	1	2	0	1	1	5
	Muritiba	0	1	1	0	1	2	5
	São Félix	1	1	2	1	1	0	6
TOTAL		2	6	10	2	11	4	35

Fonte: Elaboração própria (2021)

Nesse sentido, é alarmante observar na tabela 1, a quase inexistência de cinemas e teatros. Estes não são apenas prédios, são locais ímpares de socialização, mas sobretudo de contato com outros tipos de textos, contextos, culturas, reflexões que os curta e longas-metragens, os documentários, assim como monólogos, e outros formatos da dramaturgia.

Das edificações pesquisadas, o Arquivo Público é aquele que normalmente não possui a população em geral como seus principais usuários. Quem o acessa normalmente possui objetivos jornalísticos ou acadêmicos. Contudo, esta especificidade não diminui sua importância, especialmente por ser um local que guarda parte da história dos municípios, através da manutenção e proteção de acervos escritos ou não. Tais fontes históricas contribuem com a forma e o conteúdo das narrativas históricas sobre a localidade/personagem/organização em questão.

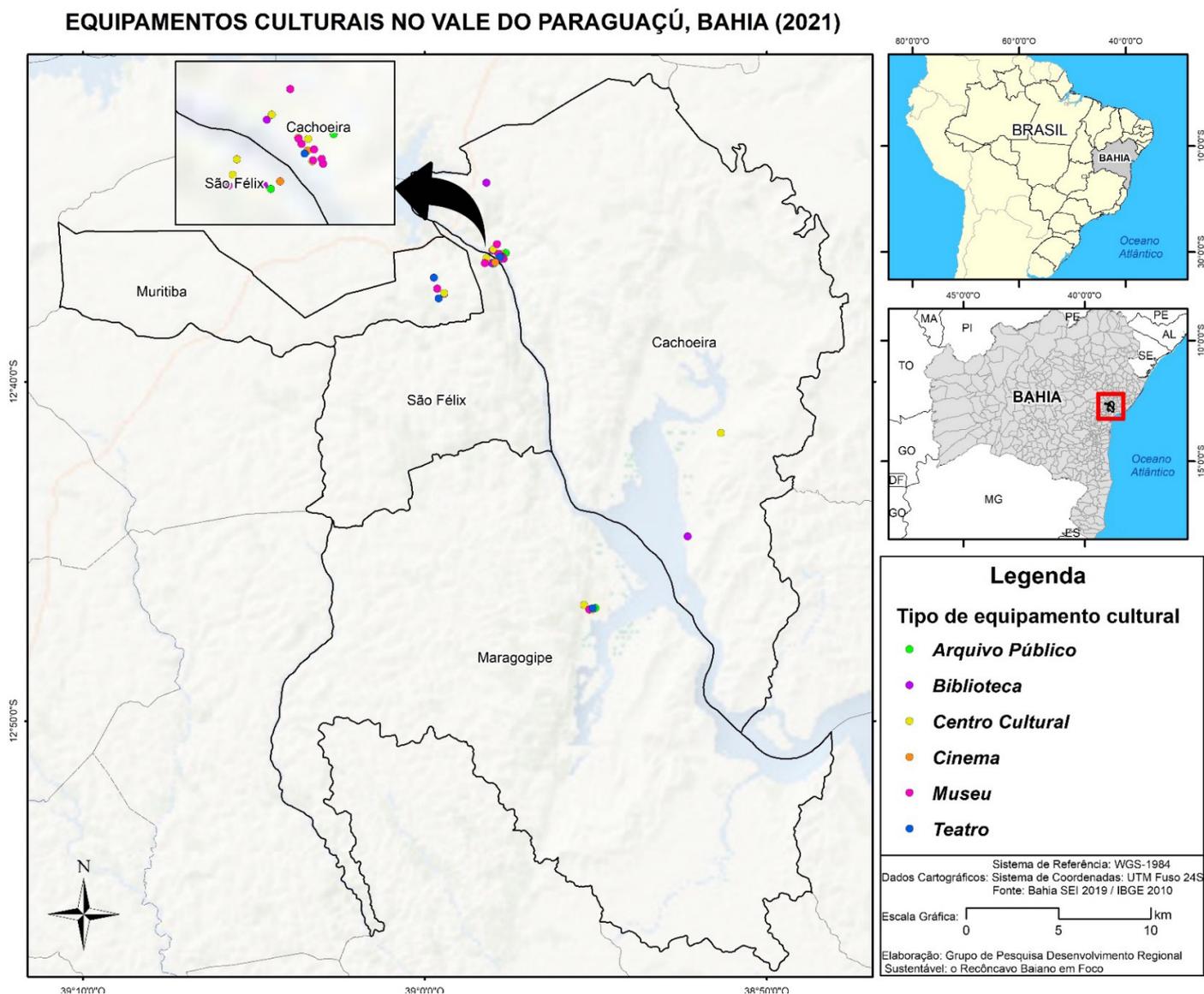
Não foi objeto desta pesquisa investigar os motivos de dois dos municípios não possuírem Arquivos Públicos, mas nos parece, a priori, que a inexistência destes pode sinalizar que milhares de fontes históricas estão sendo descartadas, ou guardadas inadequadamente.

Outra análise e ponderação importante a se fazer é em relação a quantidade de Bibliotecas no Vale do Paraguassu. É sabido que a legislação determina que as instituições de ensino possuam bibliotecas (BRASIL, 2010), o que nos faz deduzir que provavelmente os números obtidos em nossa pesquisa possam ser diferentes da realidade. Entretanto, as informações encontradas, durante a pandemia, de apenas seis bibliotecas podem sinalizar que os moradores não estudantes tenham ainda mais dificuldade de acesso.

Tão importante quanto quantificar cada um e o total de equipamentos culturais é analisar a distribuição espacial destes, conforme apresentado no mapa 1. O mapa apresenta visualmente a desigual distribuição dessas edificações. Destaca-se três informações: há uma concentração dos equipamentos nos municípios de Cachoeira e São Felix; os equipamentos estão localizados quase na totalidade nas zonas urbanas; e estes estão mais especificamente no centro comercial das cidades.

O dado não surpreende, considerando a realidade exposta por Santos (2014), em que a maior parte da população, sobretudo as de menor poder aquisitivo, vive nas periferias, e, portanto, estão distantes dos bens culturais. Ou como assinala Guimarães e Diniz (2019), as dificuldades de acesso é uma consequência de uma concepção de que estes equipamentos são destinados a outro público que não as classes subalternizadas.

Teixeira *et. al.* (2021) acredita que essa concentração nas zonas urbanas, confirmada pela pesquisa e apresentada no mapa 1, é também o resultado de que nas áreas urbanas possui as infraestruturas necessárias para criar e manter um cinema ou um teatro, por exemplo. O que é uma verdade, contudo estas condições prévias existem nas cidades pois há investimentos públicos e privados, o que não ocorre na mesma medida na zona rural. Mas, a própria constituição do país determina que o poder público deve oportunizar o acesso à cultura, independente das condições econômicas e do local da moradia dos cidadãos, tendo em vista que o não acesso à cultura representa a negação da cidadania plena (CARMO e MACHADO, 2013; SANTOS e DAVEL, 2018b).



Fonte: Elaboração própria (2021)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As edificações destinadas a práticas culturais, podem ser denominadas de equipamentos culturais, e estas são fundamentais não só para difusão cultural, como para o pleno exercício da cidadania. Portanto, cabe ao poder público garantir o acesso à cultura, criando e/ou mantendo edificações de cultura. A ausência de alguns destas edificações pode significar a negação de partes da cultura, a certa parcela da população municipal.

Os dados obtidos apresentaram uma ausência, ou reduzido número de alguns dos equipamentos culturais nos municípios investigados; uma distribuição desigual entre os municípios investigados, e em cada um deles; assim como certa concentração, dos existentes, na cidade de Cachoeira/Ba; há uma disposição espacial predominante nos centros das zonas urbanas.

A produção do quadro 1, assim como do mapa 1, a partir dos dados de pesquisa, e as análises posteriores efetuadas levando em consideração os destaques apresentados no referencial teórico permitiram que esta pesquisa alcançasse seus objetivos principal e específicos, na medida em que pretendeu mapear os equipamentos culturais do Vale do Paraguaçu assim como evidenciar locais de concentração dos equipamentos culturais e destacar os mais recorrentes no Vale do Paraguaçu.

Esta é uma investigação que abre espaço para novos problemas de pesquisa, que visem, por exemplo, levantar o perfil socioeconômico dos frequentadores, assim como investigar os motivos que favoreceram que Cachoeira e São Felix possuíssem a maior parte destas edificações, ou mesmo levantar dados sobre o acesso direto de cada cidadão em relação a estes equipamentos, entre outras possibilidades.

Que este estudo possa chegar a outros pesquisadores que tenham por objeto de estudo o Recôncavo, ou estes municípios, ou cujo referencial se aproxime, mas, sobretudo, que chegue às forças políticas de cada uma destas localidades, servindo de subsídio para tomada de decisões futuras.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jorge Luiz. Os espaços populares na política pública cultural. **Observatório das Favelas**. 2009. Disponível em: <https://of.org.br/acervo/os-espacos-populares-na-politica-publica-cultural/>. Acessado em: 19. jul. 2021.

BARROS, José d'Assunção. Cinema e história – as funções do cinema como agente, fonte e representação da história. **Ler História**, n. 52, 2007, p. 127-159. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2547>. Acesso em: 17 de fev. de 2022.

BERNADET, Jean-Claude. **O que é Cinema** [coleção primeiros passos]. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição política do Império do Brasil** [1824]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acessado em: 24 de set. de 2021.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 10 de set. de 2021.

_____. **Decreto-lei nº 7.957, de 17 de setembro de 1945**. Dispõe sobre a isenção de impostos e taxas federais, que incidem sobre o teatro, e dá outras providências. Brasília, DF [1945]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7957.htm. Acessado em: 17 de fev. de 2022.

_____. **Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966.** Cria o Instituto Nacional do Cinema, torna da exclusiva competência da União a censura de filmes, estende aos pagamentos do exterior de filmes adquiridos a preços fixos o disposto no art. 45, da Lei nº 4.131, de 3-9-62, prorroga por 6 meses dispositivos de legislação sobre a exibição de filmes nacionais e dá outras providências. Brasília, DF [1975]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0043.htm. Acessado em: 17 de fev. de 2022.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acessado em: 17 de fev. de 2022.

_____. **Decreto nº 8.386, de 30 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras. Brasília, DF [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8386.htm. Acessado em: 17 de fev. de 2022.

_____. **Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021.** Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, altera o Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007, e o Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, e dá outras providências. Brasília, DF [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10755.htm. Acessado em: 17 de fev. de 2022.

_____. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Cultura [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acessado em: 25 de set. de 2021.

_____. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Ministério da Cultura [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acessado em: 25 de set. de 2021.

_____. **Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012.** Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Cultura [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12761.htm. Acessado em: 15 de set. de 2021.

_____. **Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.** Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências. Brasília, DF [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2228-1.htm. Acesso em: 17 de fev. de 2022.

CARMO, Adriana Almeida; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Direitos Culturais, Políticas Públicas e Planejamento Cultural: Referências para a Aplicação Democrática das Leis de Benefício Fiscal. **Políticas Culturais em Revista**, v. 1, n. 6, 2013, p. 99-116. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/7961/6072>. Acesso em: 17 de fev. de 2022.

CARMO, André. Cidadania em espaços (sub)urbanos: o Teatro do Oprimido no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 2, mai/ago, 2018, p. 581-603. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/f56txrpk8CWvc8XpJz37Vdd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de fev. de 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural.** São Paulo: Iluminuras, 1997.

DUISENBERG, Edna dos Santos. Economia criativa, uma opção de desenvolvimento viável? In: REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento.** São Paulo: Itaú Cultural, 2008, p.52-73.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam [Coleção polêmicas do nosso tempo]. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989

FREITAS, Elizabeth Ponte de. **Centros culturais públicos no Brasil:** um estudo comparativo entre o centro dragão do mar e arte e cultura e o centro cultural São Paulo. 2007. 82f. Monografia – Curso de Produção em Comunicação e Cultura, Faculdade de Comunicação. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador: UFBA, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2008.

GUIMARÃES, A. D., DINIZ, S. C. Equipamentos culturais, hábitos e território: um estudo de caso do Espaço do Conhecimento UFMG. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, nº 11, 2019, p. 1-16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/mM78Hb5pHQ63bzCHH4xzZ4N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 17 de fev. de 2022.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARANDINO, Martha (Org.). **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo: Geenf/FEUSP, 2008.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Brito. Arquivo Público do Estado da Bahia. In: **Relatório de Gestão: Fundação Pedro Calmon (2015-2018)**. 2018. Disponível em: http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/2019/Relatorio_Final_de_Gestao_FPC2015_2018.pdf. Acesso em: 24 de set. de 2021.

MENEZES, Leandro Oliveira de; SANTOS, Maykon de Jesus; OLIVEIRA, Victor Henrique M. de. Vale do Paraguaçu: quatro municípios baianos e a validação de um novo território. **Revista Formadores - Vivências e Estudos**, v. 10, n. 6, nov., 2016, p. 6-22. Disponível em: <https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/952/733>. Acesso em: 17 de fev. de 2022.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2ª ed., 2010.

RHODEN, Valmor; TERRA, Elisa Lübeck; MACIEL, Erick de Melo. Política cultural e democratização do acesso à cultura: a experiência do Vale-Cultura. **Revista de Humanidades**, v. 30, n. 2, jul./dez., 2015, p. 347-361. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rh/article/view/4788/3815>. Acesso em: 17 de fev. de 2022.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura** [coleção primeiros passos]. São Paulo: Brasiliense, 6ª ed., 1987.

SANTOS, Milton Santos. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Fabiana Pimentel; DAVEL, Eduardo. Gestão de equipamentos culturais e identidade territorial: potencialidades e desafios. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 33, n. 1, jan./mar., 2018a, p. 109-134. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28319/1/Gest%c3%a3o%20de%20Equipamentos%20Culturais%20e%20Identidade%20Territorial%20Potencialidades%20e%20Desafios.pdf>. Acesso em: 17 de fev. de 2022.

_____. Gestão de Equipamentos Culturais com base na Identidade Territorial. **Revista Gestão & Conexões**, v. 7, n. 2, jul./dez., 2018b, p. 7-42. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/ppgadm/article/view/17522>. Acesso em: 17 de fev. de 2022.

TEIXEIRA, Lusvânio Carlos et. al. Relação entre os equipamentos e políticas culturais dos municípios de Minas Gerais e a captação de recursos via Lei Estadual de Incentivo à Cultura. **Interações**, Campo Grande/MS, v. 22, n. 2, p. 405-419, abr./jun., 2021. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2965/2565>. Acesso em: 17 de fev. de 2022.